

DESPACHO N.º 010/2023

PROCESSO N.º 19.30.1512.0001331/2022-09

INTERESSADO(S): PALMAS CHAVES SERVIÇOS LTDA

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de chaveiros com fornecimento de mão de obra e material

Versam os autos, em fase de elaboração de Mapa de Preços e Detalhamento de Dotação, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiros com fornecimento de mão de obra e do material necessário para atendimento das necessidades desta Procuradoria-Geral de Justiça e Anexo I, por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento na Lei 14.133/2021, artigo 75, inciso II, cujo valor foi atualizado pelo Decreto n.º 10.922/2021, consoante Justificativa da Área de Compras do Departamento Administrativo desta PGJ (0212649).

Em análise desta Controladoria Interna, sobre a regularidade dos procedimentos realizados até o momento (fase preparatória da contratação), pelo que destacamos abaixo alguns aspectos considerados indispensáveis para a formalização da dispensa:

1- A peça inicial dos autos traz a provocação da despesa pelo Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional, com as devidas justificativas e motivações constantes no Memorando MEMO Nº 077/22/AMSGSP/P.G.J. (0187423), juntamente com o Estudo Técnico Preliminar (0198376) e Termo de Referência (0197574), emitidos pela AMSGSP - Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial;

2- O Memorando AEPADF N.º 255/2022 (0187584), indicando a previsão na Lei n. 3.843 de 28/12/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2022) e na Lei n. 3.842, de 28/12/2021, que instituiu o Plano Plurianual - PPA 2020-2023;

3- O Despacho da Diretoria-Geral (0187789), autorizando prosseguimentos da fase interna, nos termos do ATO PGJ N.º 036/2020, Art. 2º, inc. IV, alínea "a", item 1;

4- O Aviso de Dispensa de Licitação (0205804), pela Nova Lei de Licitações, sob n.º 14.133/2021, publicado no site MPTO (0205814);

5- Os orçamentos enviados pelos fornecedores:

5.1- Proposta Comercial - **PALMAS CHAVES SERVIÇOS LTDA (0210830)**. Documentos de habilitação e certidões de regularidade: Estadual (0210865), Municipal (0210866), Federal (0210867), Trabalhista (0210868), Contrato Social (0210869), Carteira de identidade dos responsáveis legais (0210874), Declaração menor (0210877), FGTS (0210887), Falência (0210892), Certidão CNPJ (0210894), Certidão CEIS (0210896), Certidão CNCLIA (0210897) e Certidão -SIAFE-TO (0210929);

5.2- Proposta Comercial - **EVANGELISTA QUEIROZ DE LIMA (0210933)**. Documentos de habilitação e certidões de regularidade: Municipal (0210934), Federal (0210936), FGTS (0210939), Cartão CNPJ (0210941), Trabalhista (0210948), Certidão CEIS (0210950), Certidão CNCLIA (0210951) e Estadual (0211031);

5.3- Proposta Comercial - **W. DELGADO (0211035)**. Documentos de habilitação e certidões de regularidade: Municipal (0211036), Federal (0211037), Trabalhista (0211038), Cartão CNPJ (0211039), FGTS (0211040), Certidão CEIS (0211041), Certidão CNCLIA (0211052) e Estadual (0212414);

6- O Mapa de Preço (0212415), demonstrando os preços praticados no mercado para o produto;

7- Houve Justificativa das Dispensas (0212649);

8- Os Detalhamentos de Dotação N.º 2023DD00165 (0213396) - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e DD N.º 2023DD00167 (0213397) - Material de Consumo, com Informativo de Previsão Orçamentária, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiros com fornecimento de mão de obra e do material necessário para atendimento das necessidades desta Procuradoria-Geral de Justiça, totalizando o valor de R\$ 16.441,00 (dezesseis mil quatrocentos e quarenta e um reais), em atendimento ao Despacho de Encaminhamento (0212994), para fazer frente a despesa, na fonte 500 - Recursos não vinculados de impostos, no programa de trabalho 03.122. 1144. 2210 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos, em acordo com o Manual Técnico de Orçamento, em atendimento ao Art. 75, § I, da Lei 14.133/2021.

Considerando o Ato n.º 073/2022, que regulamenta a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, em seu art. 3º, XVI, prevê que a pesquisa de preços tem como objetivo evitar o fracionamento ilegal da despesa, nos casos de dispensa de licitação com fundamento nos incisos I e II do art. 75 da Lei n. 14.133/21.

Assim, diante das informações lançadas nos autos e considerando que na Justificativa da Dispensa (0212649), informa que a empresa **PALMAS CHAVES SERVIÇOS LTDA**, atendeu os requisitos para a contratação por dispensa de licitação, em razão do seu baixo valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21. Assim vejamos: "(...) atendeu aos requisitos para contratação por dispensa de licitação em análise, considerando que: (I) É do ramo pertinente; (II) apresentou o melhor preço para o serviço; (III) comprovou preencher as condições de habilitação e qualificação mínima necessária e (IV) se dispôs a fornecer o serviço com a qualidade especificada no Termo de Referência direcionador da aquisição. (...)". Importa destacar que a empresa W. DELGADO (0211035), apresentou dois itens (17 e 18) com o menor preço, porém foi inabilitado devido débitos com município de Palmas-TO, conforme consta nos autos, Certidão Municipal (0211036).

Da análise, vislumbra-se que o processo está devidamente formalizado pelos documentos formais exigidos pelas normas que regem a matéria, nessa fase inicial, e considerando que o Mapa de Preço (0212415) emitido pela ARCOM, em acordo com os orçamentos anexos (0210830, 0210933 e 0211035) e itens descritos no Termo de Referência (0197574), declaramos apto para prosseguimentos.

Importa destacar que a presente análise não adentra nos aspectos técnicos ou na conveniência e oportunidade do pedido formulado. Salientamos que na data da assinatura do contrato todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa deverão estar vigentes.

Encaminha-se à Assessoria Jurídica, em observância ao art. 53, § 4º e art. 72, II, da Lei n.º 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Prazeres da Silva, Inspetor de Serviços Fiscais**, em 14/02/2023, às 14:17, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0214296** e o código CRC **01E5C9E9**.

19.30.1512.0001331/2022-09

Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-218, Palmas/TO.
Telefone: (63) 3216-7600